

Apoio a Collor em troca da dívida pública

por Claudia Safatle

20 de Brasília AGO 1991

Está nas mãos do presidente Fernando Collor de Mello, desde a última quinta-feira, um engenhoso esquema de renegociação da dívida dos governos estaduais com a União, de US\$ 56,99 bilhões (dados fechados em 31 de junho, que devem atingir a quantia de US\$ 60 bilhões agora).

Em troca da revisão constitucional e da aprovação da reforma tributária — por meio das áreas de influência dos governadores de estado no Congresso Nacional —, a União oferecerá aos 27 governadores, em reunião marcada para o próximo dia 26, em Brasília, a rolagem de toda essa dívida por cerca de vinte anos, com dois anos de carência e pagamentos pequenos nos primeiros anos.

Trata-se de uma proposta aparentemente irrecusável para quem está desde março passado — data da posse dos governadores — administrando um orçamento totalmente no vermelho, com raras exceções (atribuídas apenas aos estados do Ceará, Santa Catarina, Paraná e Bahia), entendem os assessores do Ministério da Economia, que estão há 45 dias em contínuo processo de negociação com os secretários de Fazenda de cada estado para fechar esse acerto.

A União, se deixa de receber os créditos nas datas de vencimento originais (mais da metade de US\$ 60 bilhões são débitos vencidos e a parcela restante dificilmente seria paga), espera contar com o apoio político dos governadores e de suas bancadas no Congresso para mexer onde realmente estaria o nó do definitivo saneamento financeiro do Estado: a Constituição.

(Ver página 3)